



**cim alto minho**  
comunidade intermunicipal do alto minho

# Do Portugal 2020 ao Portugal 2030: Balanço e Principais Contributos da CIM Alto Minho



VILA NOVA DE CERVEIRA- 15 DE OUTUBRO DE 2018

**1 - ESTRATÉGIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL (EIDT) “ALTO MINHO 2020”:**

**BREVE ENQUADRAMENTO**

**2 - APLICAÇÃO DO “PORTUGAL 2020” NO ALTO MINHO: MONITORIZAÇÃO DA INCIDÊNCIA TERRITORIAL EM 30/6/2018**

**3 - EIDT “ALTO MINHO 2020”: MONITORIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES**

**4 - DO PORTUGAL 2020 AO PORTUGAL 2030: DEZ DESAFIOS & PROPOSTAS PRELIMINARES**

- Construção de uma visão prospetiva 2020, com a identificação das prioridades e linhas de ação e respetiva definição das principais linhas de intervenção estratégica para a competitividade, a atratividade, a conetividade e a resiliência do Alto Minho em 2020;
- A definição de um conjunto de medidas, projetos e ações-chave a desenvolver no âmbito do Plano Global de Ação Alto Minho 2020, os quais visavam contribuir para a evolução da região desde o seu ponto de partida até o cenário pretendido;
- A participação, a integração e a mobilização de atores-chave para a elaboração e execução das iniciativas e ações a desenvolver (7 seminários, 12 workshops temáticos, 16 surveys, 2 edições de concursos escolares, 1 concurso de fotografia e 1 website);
- O reforço da articulação das diversas instituições, quer à escala local e sub-regional, quer ao nível regional, nacional e transfronteiriço.







- Os dados recolhidos na Monitorização da Incidência do “Portugal 2020” no Alto Minho dizem respeito ao PO Norte 2020, PO SEUR, PO Compete, PO CH e PO ISE (correspondendo, regra geral, à data de 30.06.2018);
- Esta análise não inclui o “PDR 2020” nem o “Mar 2020” (dados não disponibilizados pela Agência de Desenvolvimento e Coesão).
- A Área de Incidência territorial utilizada neste exercício corresponde, regra geral, à NUTS III Alto Minho.

### 2.1-Taxa de Aprovação e de Execução por Tipologia de Operação

Designação da Tipologia de Intervenção da Operação	Elegível Aprovado (€)	Elegível Validado (€)	% Investimento Elegível	Taxa de Execução
Qualificação e inovação das PME	139 542 291 €	69 108 486 €	27,2%	49,5%
Investimento empresarial em inovação de não PME	112 345 749 €	39 789 970 €	21,9%	35,4%
Ensino profissional para jovens	74 104 437 €	43 732 485 €	14,5%	59,0%
Internacionalização das PME	21 248 164 €	5 766 093 €	4,1%	27,1%
Ciclo urbano da água	19 782 765 €	7 371 646 €	3,9%	37,3%
Infraestruturas de ensino básico e secundário	18 758 934 €	6 061 555 €	3,7%	32,3%
Reabilitação urbana	17 846 885 €	8 750 963 €	3,5%	49,0%
Património natural e cultural	11 770 563 €	3 048 057 €	2,3%	25,9%
Resíduos	10 007 697 €	602 363 €	2,0%	6,0%
Redução do abandono escolar	9 452 716 €	2 518 309 €	1,8%	26,6%
Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade	7 456 681 €	1 752 700 €	1,5%	23,5%
Erosão Costeira	6 547 265 €	2 445 173 €	1,3%	37,3%
Planeamento e gestão de riscos	6 466 959 €	3 523 052 €	1,3%	54,5%
Atividades de I&D empresarial	6 242 036 €	1 622 154 €	1,2%	26,0%
Formação de ativos para a empregabilidade	5 143 754 €	324 742 €	1,0%	6,3%
(...)				
	<b>512 367 744 €</b>	<b>200 496 503 €</b>		<b>39,1%</b>

(Dados recolhidos até 30.06.2018)

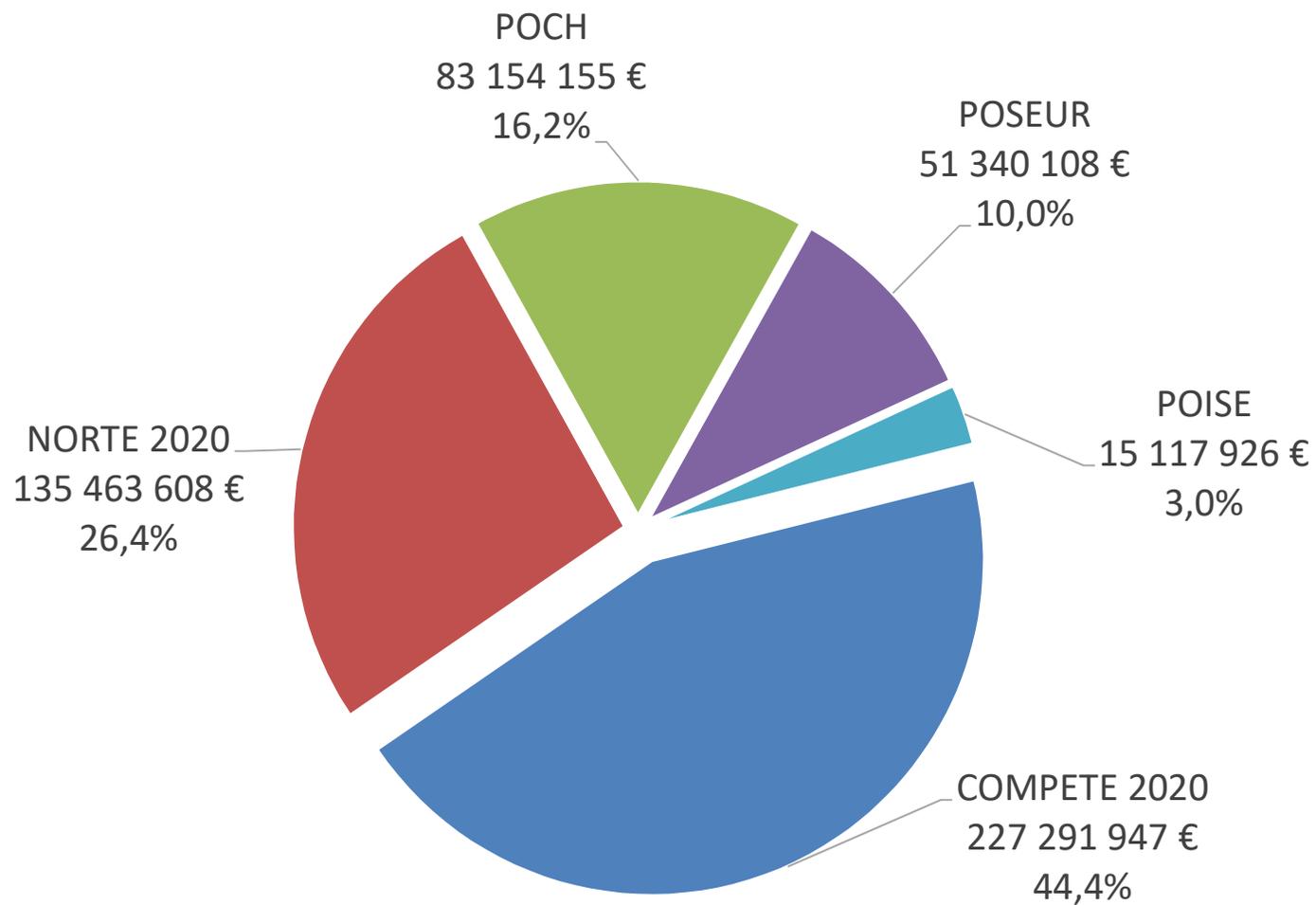
### 2.2-Top 20 projetos com maior investimento no Alto Minho

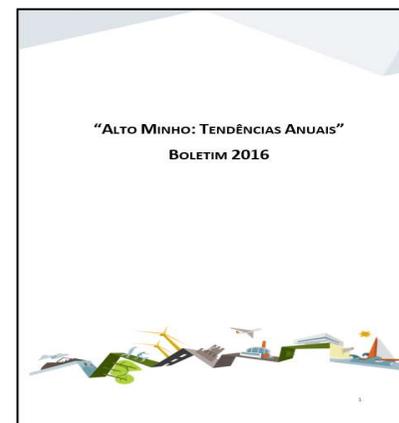
Designação do Projeto	Beneficiário	Concelho	Elegível	Fundo
Inovação Produtiva Suavecel	SUAVECEL - INDÚSTRIA TRANSFORMADORA DE PAPEL S.A.	Viana do Castelo;	24 940 000	12 470 000
Eurocast 2020	EUROCAST PORTUGAL VIANA, S.A.	Arcos de Valdevez;	22 985 500	10 343 475
Introdução de armazém automático Fortissue	FORTISSUE - PRODUÇÃO DE PAPEL, S.A.	Viana do Castelo;	18 271 900	9 135 950
Eurostyle 2020	EUROSTYLE SYSTEMS PORTUGAL - INDUSTRIA DE PLASTICOS E DE BORRACHA, S.A.	Viana do Castelo;	17 348 500	6 071 975
Fabrico de novos produtos - pensos higiénicos, tampões, toalhistas e fraldas ultrafinas	NUNEX - WORLDWIDE, S.A.	Viana do Castelo;	17 272 500	8 636 250
Borgwarner 2020	BORGWARNER EMISSIONS SYSTEMS PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA	Viana do Castelo;	12 882 360	4 508 826
Aumento da capacidade produtiva da EKPV	EUROPA&C KRAFT VIANA, S.A.	Viana do Castelo;	12 230 000	5 503 500
DOURECA_GETSTRONGER	DOURECA PRODUTOS PLASTICOS LDA	Paredes de Coura;	7 387 553	5 171 287
Novos conjuntos de componentes integrados em ligas inovadoras e de elevado valor acrescentado	GESTAMP CERVEIRA, LDA	Vila Nova de Cerveira;	7 182 060	3 950 133
COMPRESSEL	WATEC COMPANY, LDA	Ponte de Lima;	6 457 952	4 520 567
GAL - Novos de mecanismos elevadores de vidro 2020	GRUPO ANTOLIN LUSITÂNIA - COMPONENTES AUTOMÓVEL S.A.	Vila Nova de Cerveira;	6 295 230	3 462 377
Cursos Profissionais	AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE MONSERRATE, VIANA DO CASTELO	Viana do Castelo;	5 730 935	4 871 295
Produção de nova tipologia de componentes para sistemas SCR	MGI COUTIER LUSITÂNIA, UNIPESSOAL LDA	Paredes de Coura;	5 389 900	2 964 445
GAV 2020 - Seats & New Metal Structures/Components for K9	LEAR CORPORATION VALENÇA, LDA	Valença;	5 376 407	2 419 383
Implementação de um sistema de recolha seletiva PAYT de RUB e promoção da compostagem doméstica	SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANEAMENTO BASICO DE VIANA DO CASTELO	Viana do Castelo;	4 972 721	4 226 813
Feelviana Ecohotel	FEELVIANA - HOTELARIA, LDA	Viana do Castelo;	4 955 608	3 468 926
ECOGREEN Hotel	ESTORÃOS ECO GREEN HOTEL - TURISMO DE BERTIANDOS E SÃO PEDRO D' ARCOS , LDA	Ponte de Lima;	4 943 078	3 460 155
Cursos Profissionais	COOPETAPE - COOPERATIVA DE ENSINO CRL	CAM; VAL; VC; VNC;	4 942 414	4 201 052
Cursos Profissionais	EPRALIMA - ESCOLA PROFISSIONAL DO ALTO LIMA	AV; PB; PL;	4 857 525	4 128 897
KompositANK	KOMPOSITEK INDUSTRY, LDA	Ponte de Lima;	4 748 266	3 323 786

### 2.4-Top 10 CAE com maior investimento aprovado na Tipologia de Intervenção da Operação: “Sistemas de Incentivos” (NORTE2020 + COMPETE 2020) no Alto Minho

CAE		Soma de Elegível	Soma de Incentivo
29320	Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis	61 644 103 €	25 849 616 €
17220	Fabricação de artigos de papel para uso doméstico e sanitário	42 972 056 €	21 448 050 €
17120	Fabricação de papel e de cartão (excepto canelado)	30 501 900 €	14 639 450 €
24530	Fundição de metais leves	22 985 500 €	10 343 475 €
22292	Fabricação de outros artigos de plástico, n.e.	12 135 819 €	8 495 073 €
55111	Hotéis com restaurante	9 898 686 €	6 929 080 €
25290	Fabricação de outros reservatórios e recipientes metálicos	6 522 007 €	4 565 405 €
29320	Fabricação de outros componentes e acessórios para veículos automóveis	5 732 075 €	3 709 957 €
13301	Branqueamento e tingimento	5 211 824 €	3 042 477 €
22210	Fabricação de chapas, folhas, tubos e perfis de plástico	4 527 000 €	2 037 150 €

### 2.3-Distribuição do Investimento elegível aprovado por PO

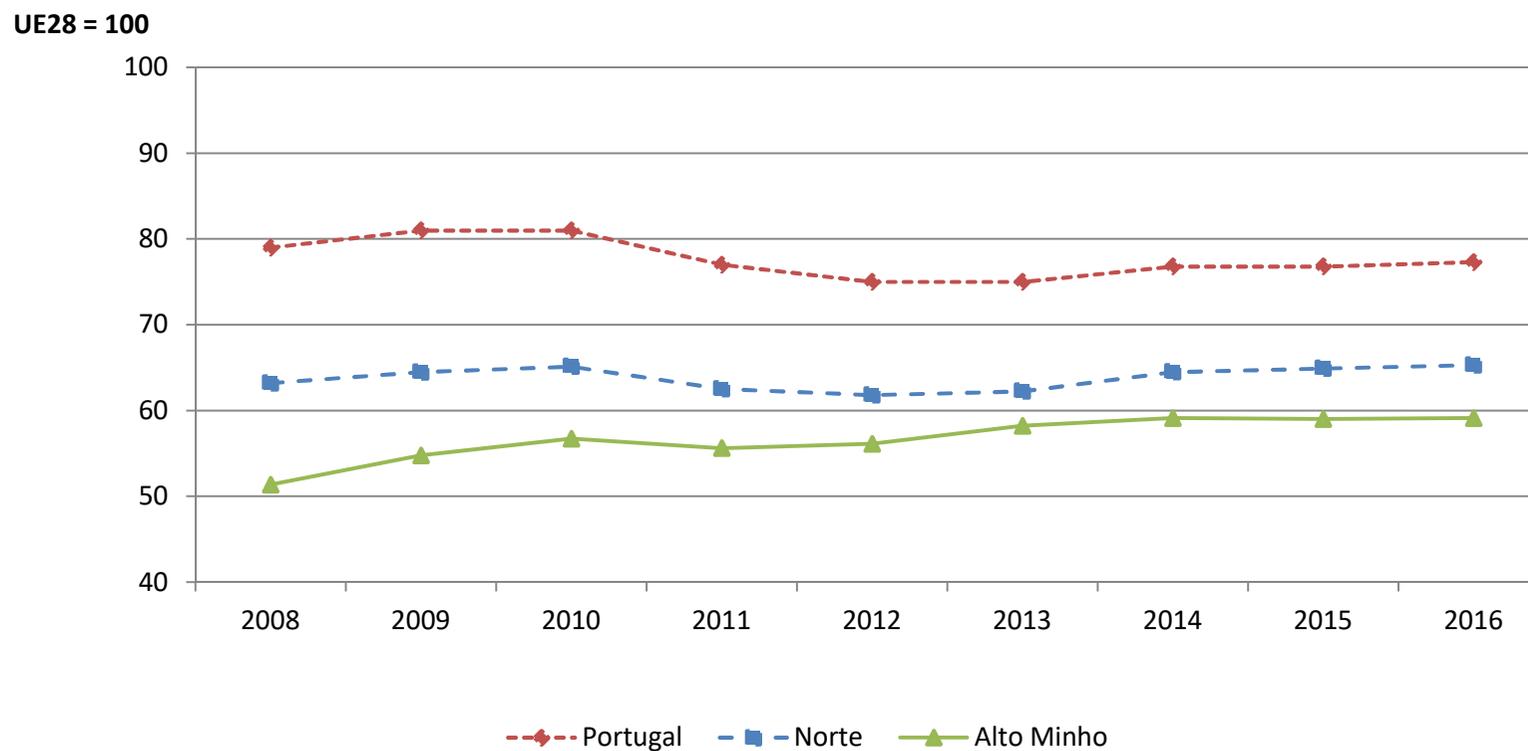




E.T. 1 - Competitividade							
A.T. 1 - Coesão Regional		A.T. 2 - Atividade Económica			A.T. 3 - Importações/ Exportações		
E.T. 2 - Atratividade							
A.T. 4 - Demografia		A.T. 5 - Emprego		A.T. 6 - Turismo		A.T. 7 - Cultura	
E.T. 3 - Conetividade							
A.T. 8 - Comunicação				A.T. 9 - Transportes			
E.T. 4 - Resiliência							
A.T. 10 - Educação	A.T. 11 - Saúde	A.T. 12 - Ação Social	A.T. 13 - Inovação e Conhecimento	A.T. 14 - Ocupação do Território	A.T. 15 - Saneamento Básico	A.T. 16 - Criminalidade	A.T. 17 - Energia

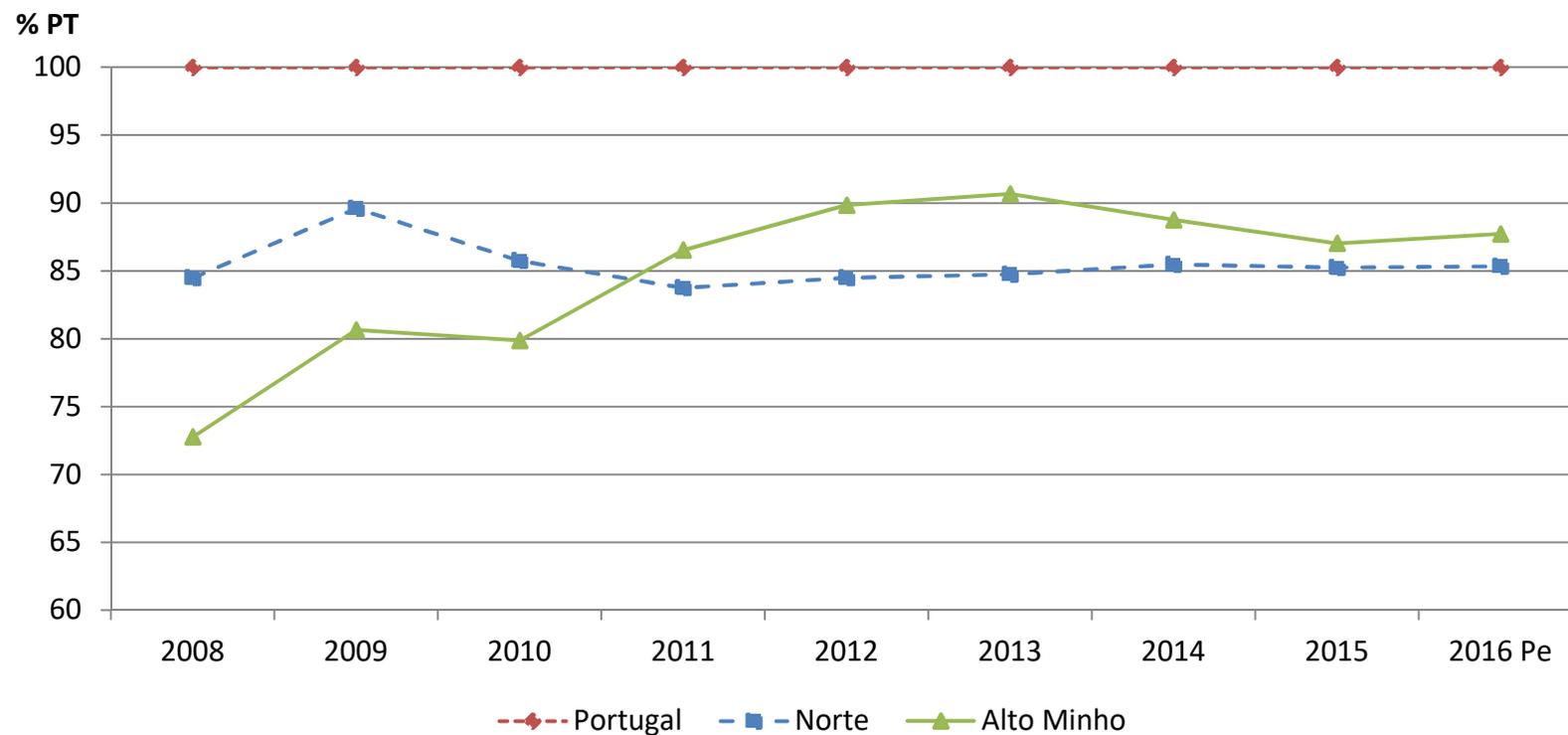
### PIB per capita (UE28 = 100)

Em 2016 o PIBpc (EU28=100) do Alto Minho atingia 59,1% do PIBpc da EU 28, registando uma convergência sustentada ao longo da última década.



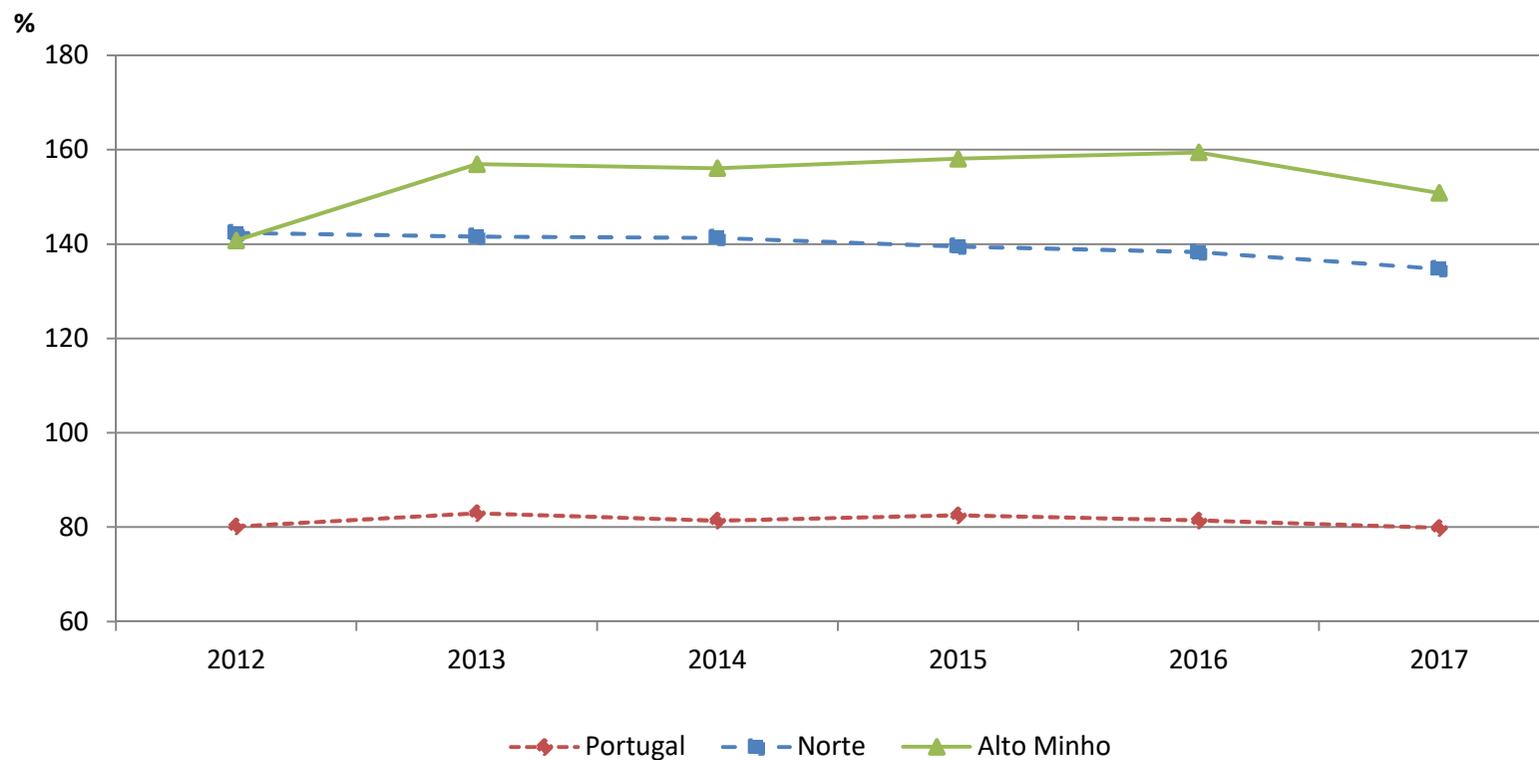
### Produtividade Aparente no Trabalho (PT=100)

Em 2016 a Produtividade Aparente no Trabalho (PT=100) do Alto Minho atingia 87,7% da Produtividade Aparente no Trabalho de Portugal, registando valores superiores aos da Região do Norte.



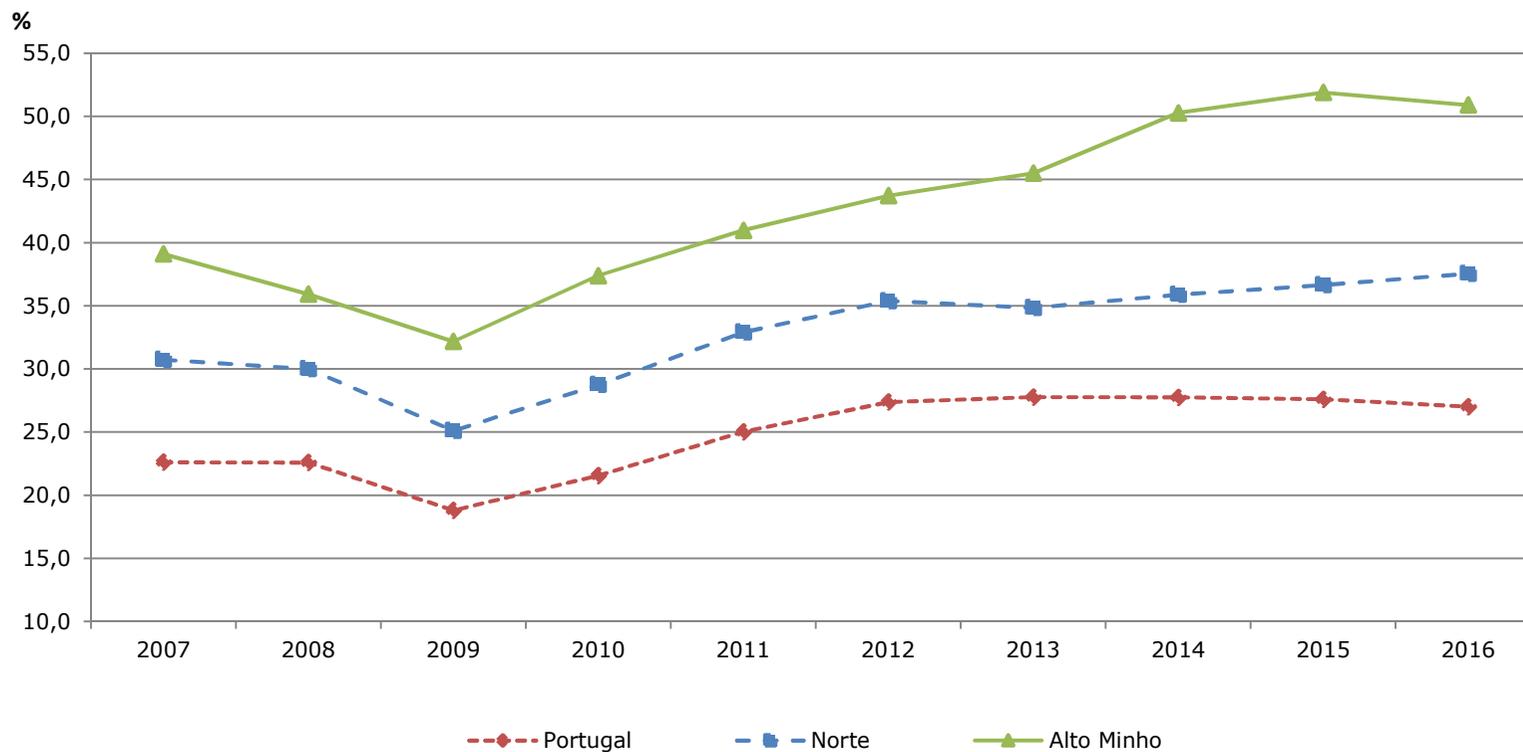
### Taxa de Cobertura das importações pelas exportações

Em 2017 a Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações do Alto Minho atingia os 150,8%, continuando a registar valores claramente superiores aos da Região do Norte e de Portugal



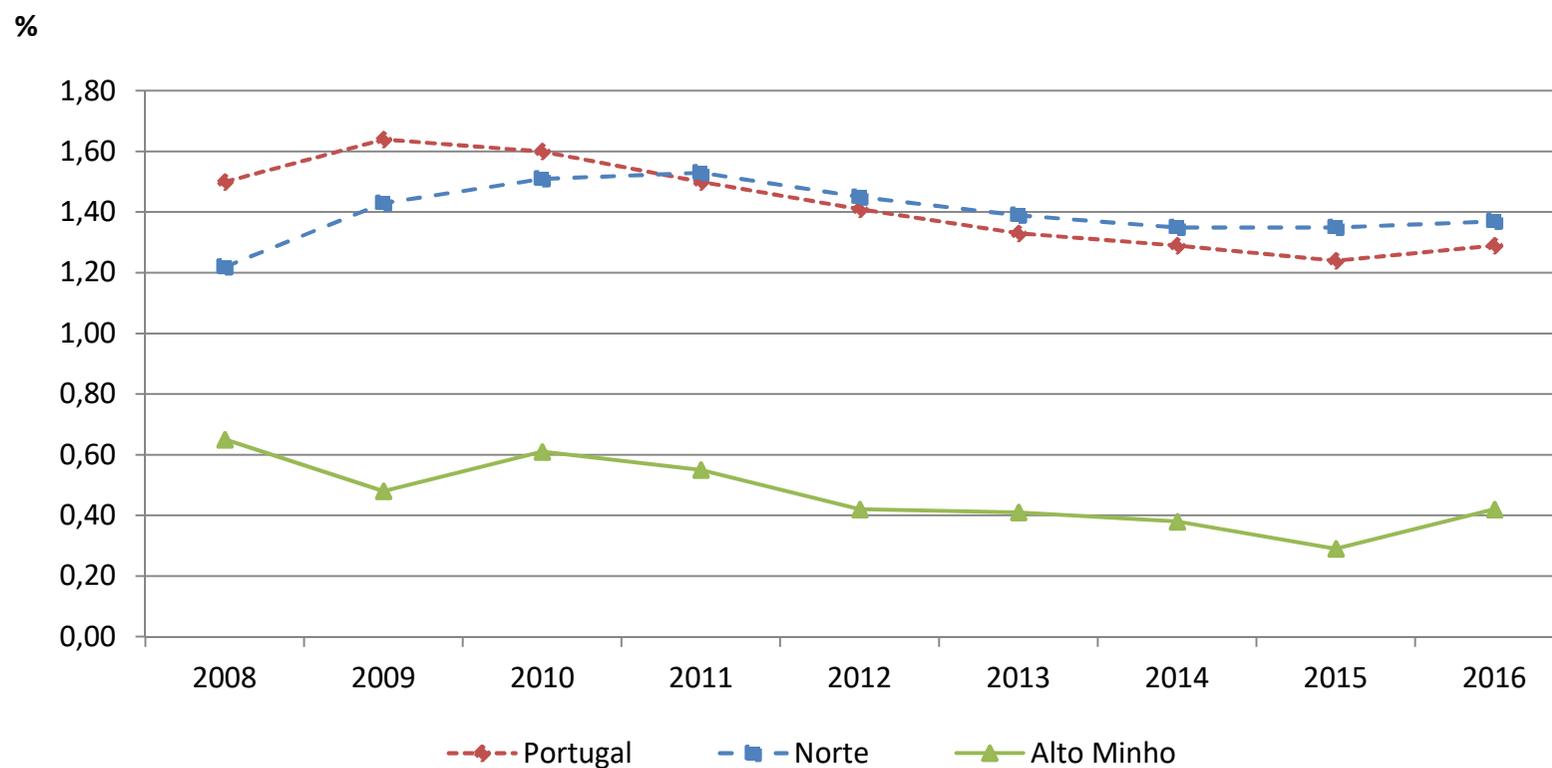
### Intensidade Exportadora

Em 2016 a Intensidade Exportadora do Alto Minho atingia os 50,9%, continuando a registar valores claramente superiores aos da Região do Norte e de Portugal



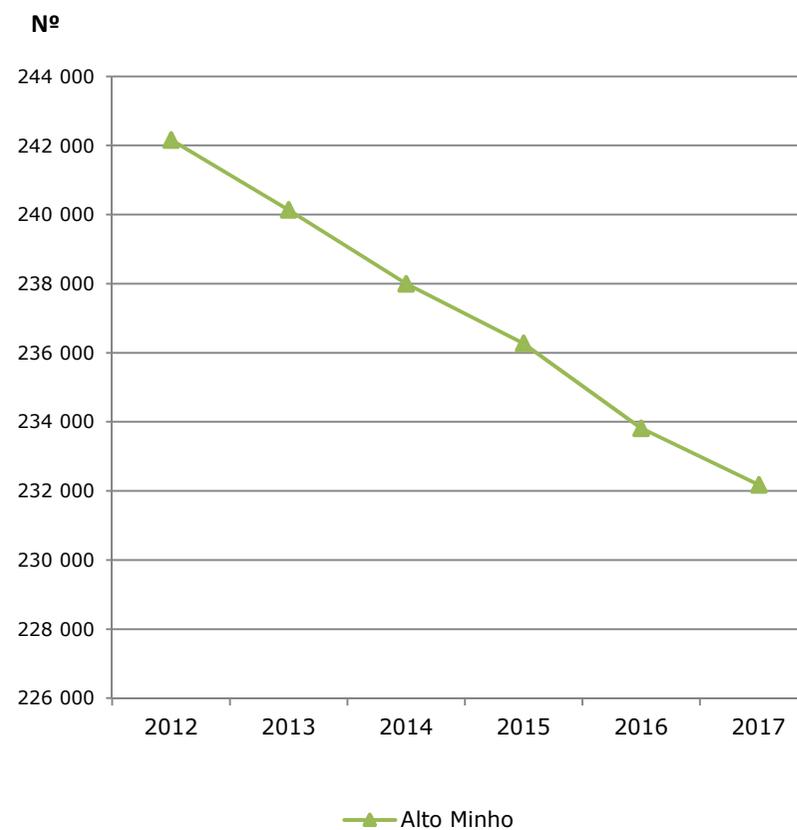
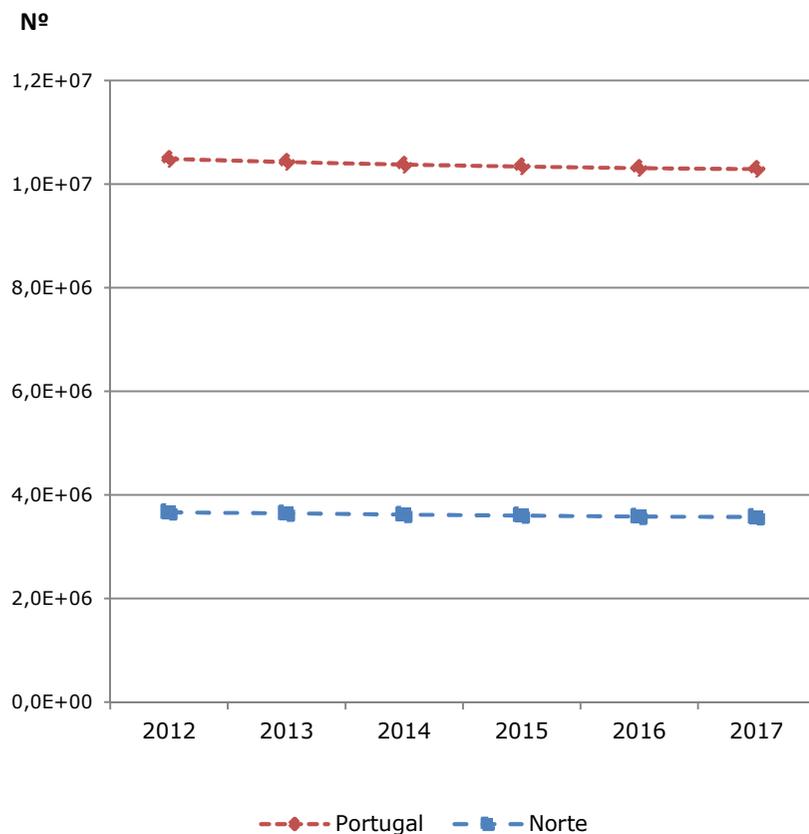
### Investimento em I&D em % do PIB

Em 2016 o Investimento em I&D no peso do PIB do Alto Minho atingia os 0,42%, continuando a registar valores claramente inferiores aos da Região do Norte e de Portugal



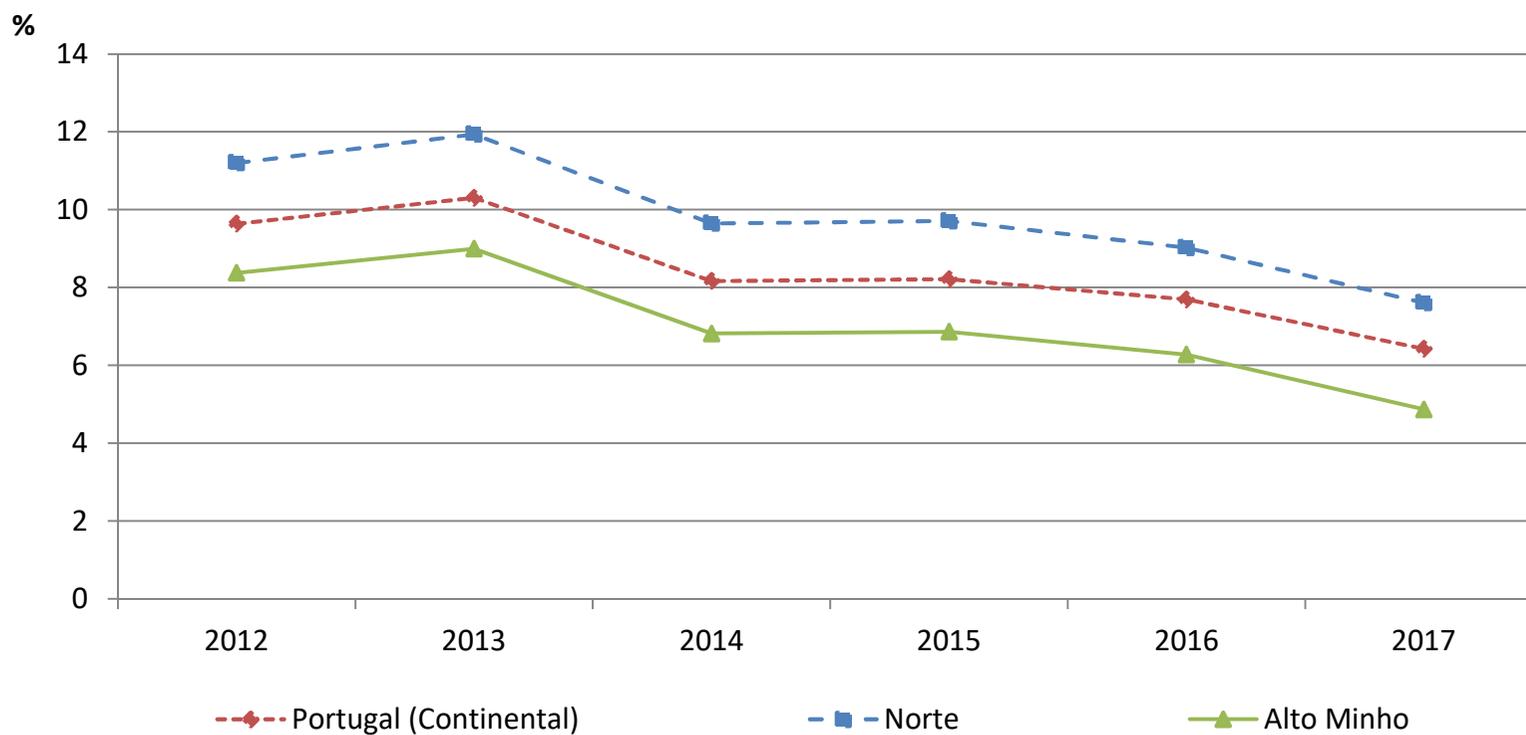
### População Residente

Em 2017 no Alto Minho a estimativa de População Residente era 232.178 o que representa uma diminuição de 0,1% em relação ao ano anterior (na região Norte e em Portugal houve uma diminuição de 0,2%).



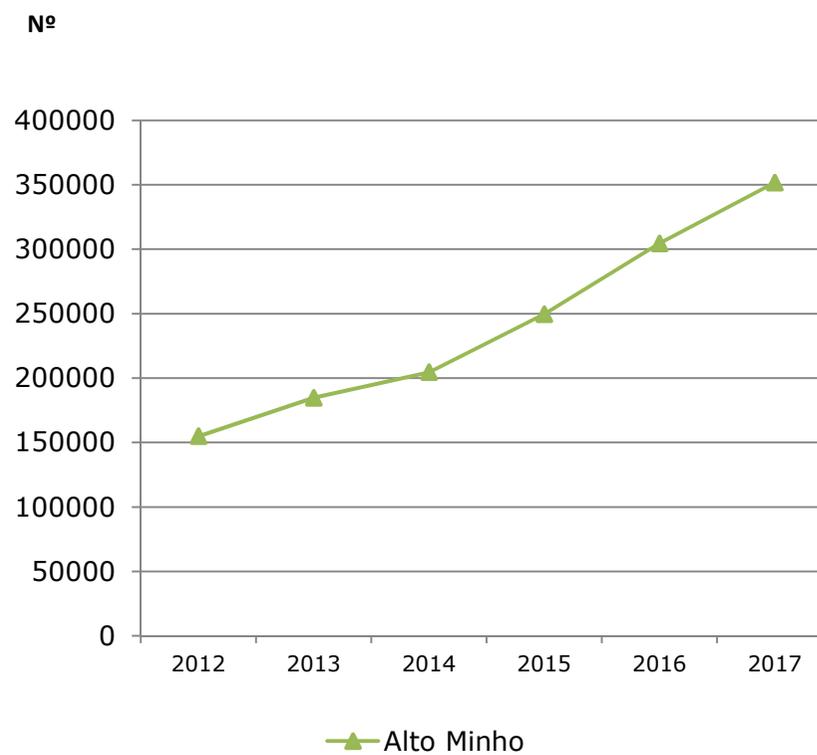
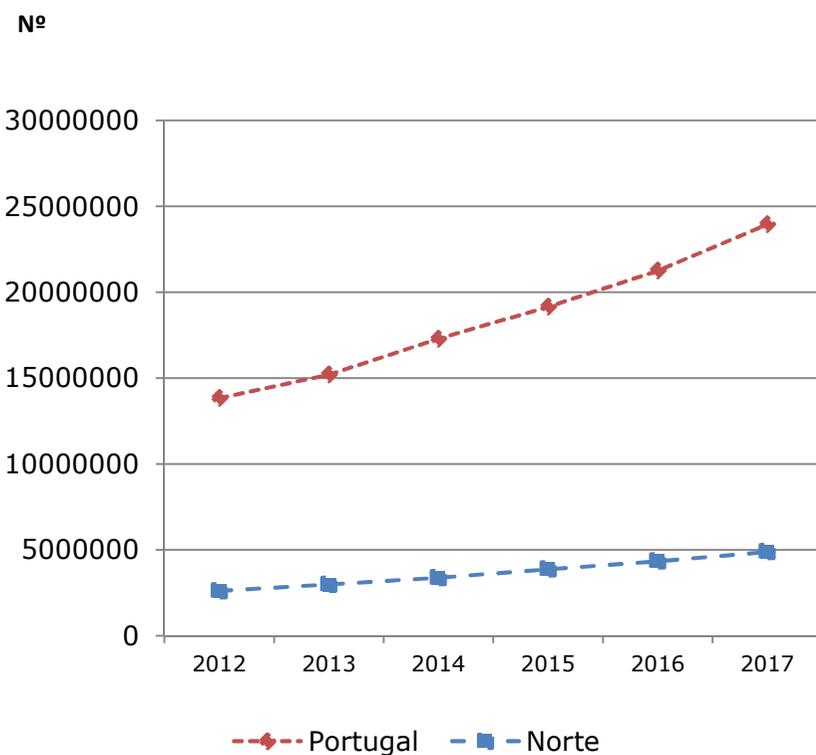
### Indicador Local de Desemprego Registrado

Em 2017 o IDLR no Alto Minho atingia os 4,9%, continuando a ser a NUTS III da Região do Norte com a situação mais favorável.



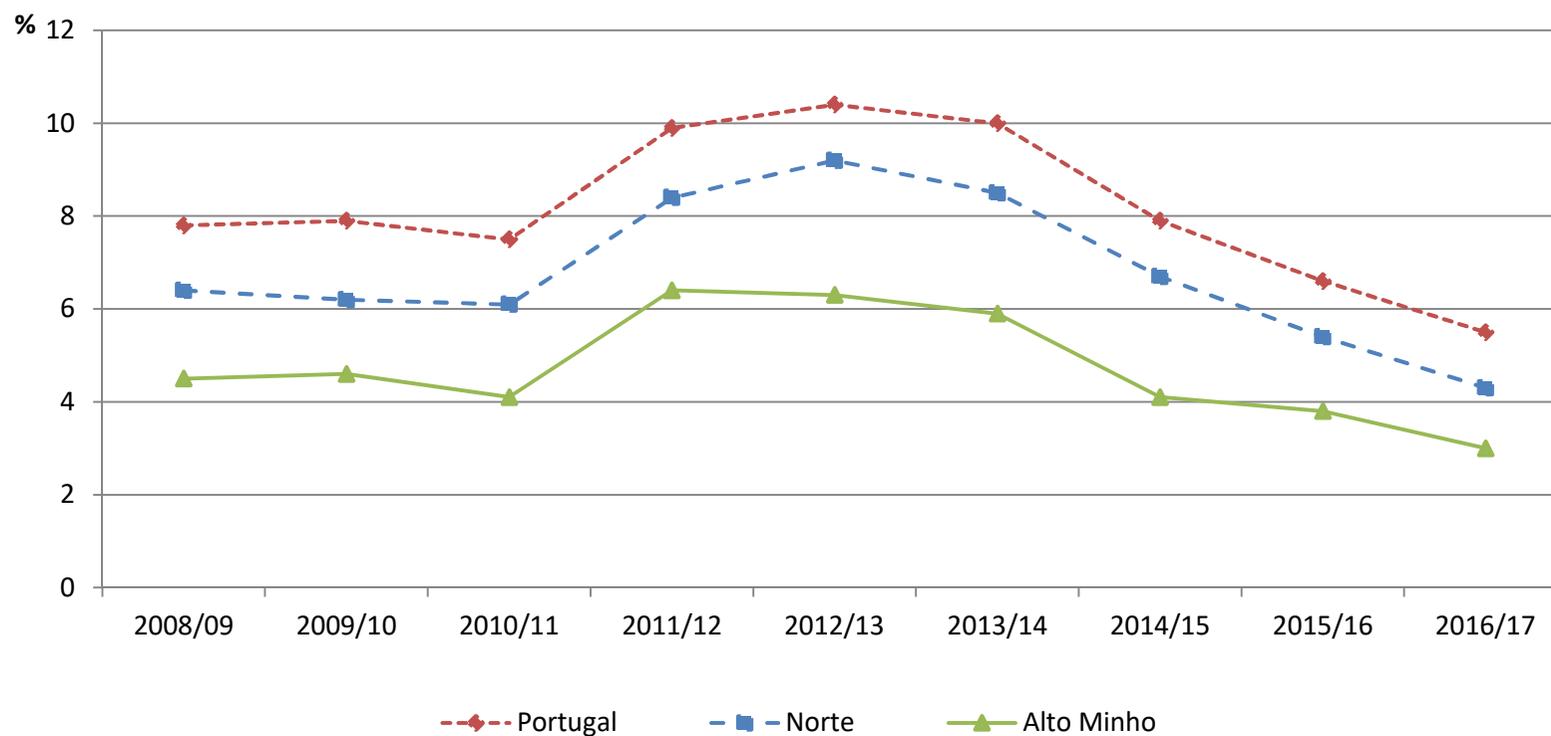
### Hóspedes em estabelecimentos hoteleiros

Em 2017 o N° de Hóspedes em Estabelecimentos Hoteleiros no Alto Minho atingiu os 351.621, representando um acréscimo de 15,5% em relação ao ano anterior (na Região do Norte e em Portugal registou-se um aumento de 12,3% e 12,7%, respetivamente).



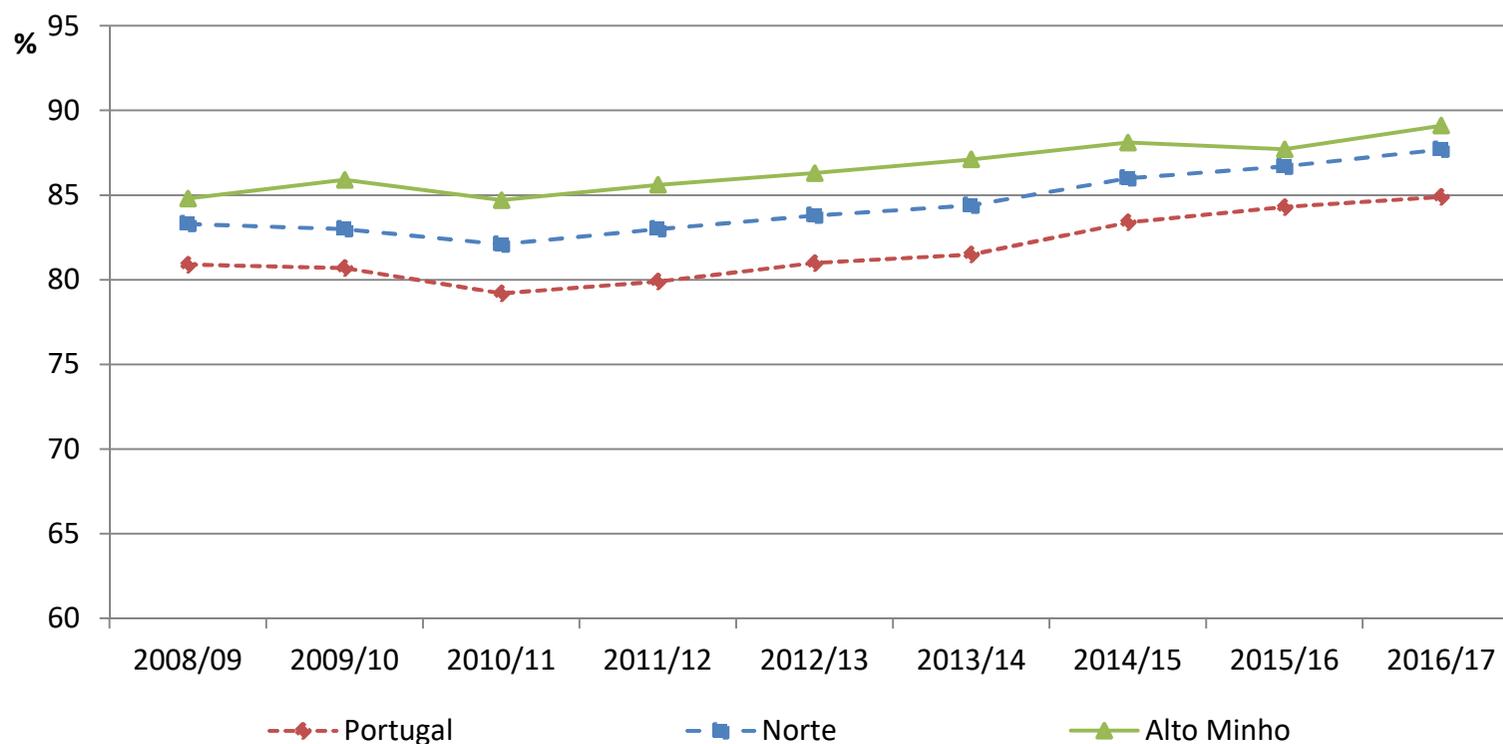
### Taxa de retenção e desistência no ensino básico

Em 2016/2017 a Taxa de Retenção e desistência no Ensino Básico no Alto Minho atingiu os 3,0%, continuando a registar valores mais favoráveis do que os apresentados à escala da Região do Norte e de Portugal.



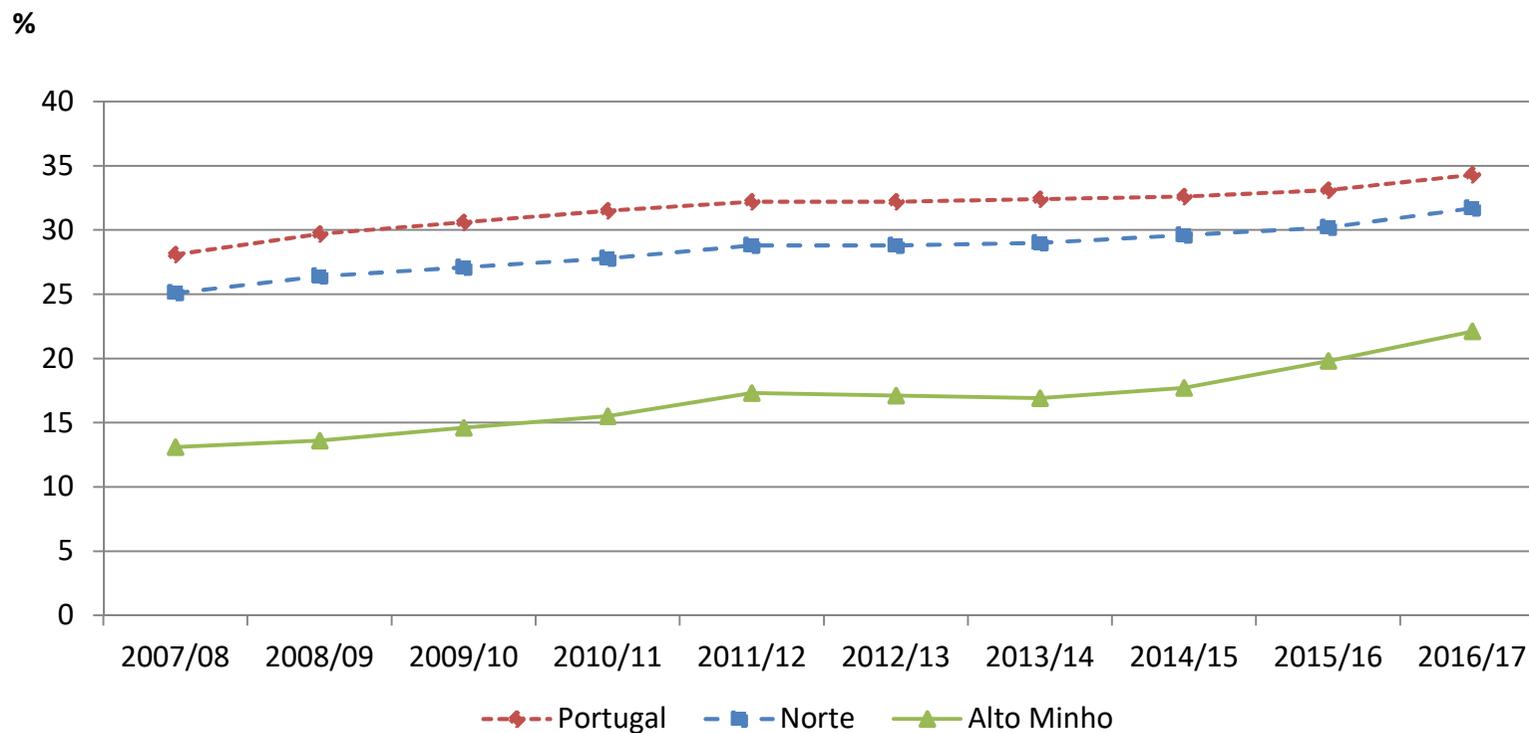
### Taxa de transição/conclusão no ensino secundário

Em 2016/2017 a Taxa de Transição/ Conclusão no Ensino Secundário no Alto Minho atingiu os 89,1%, continuando a registar valores mais favoráveis do que os apresentados à escala da Região do Norte e de Portugal.



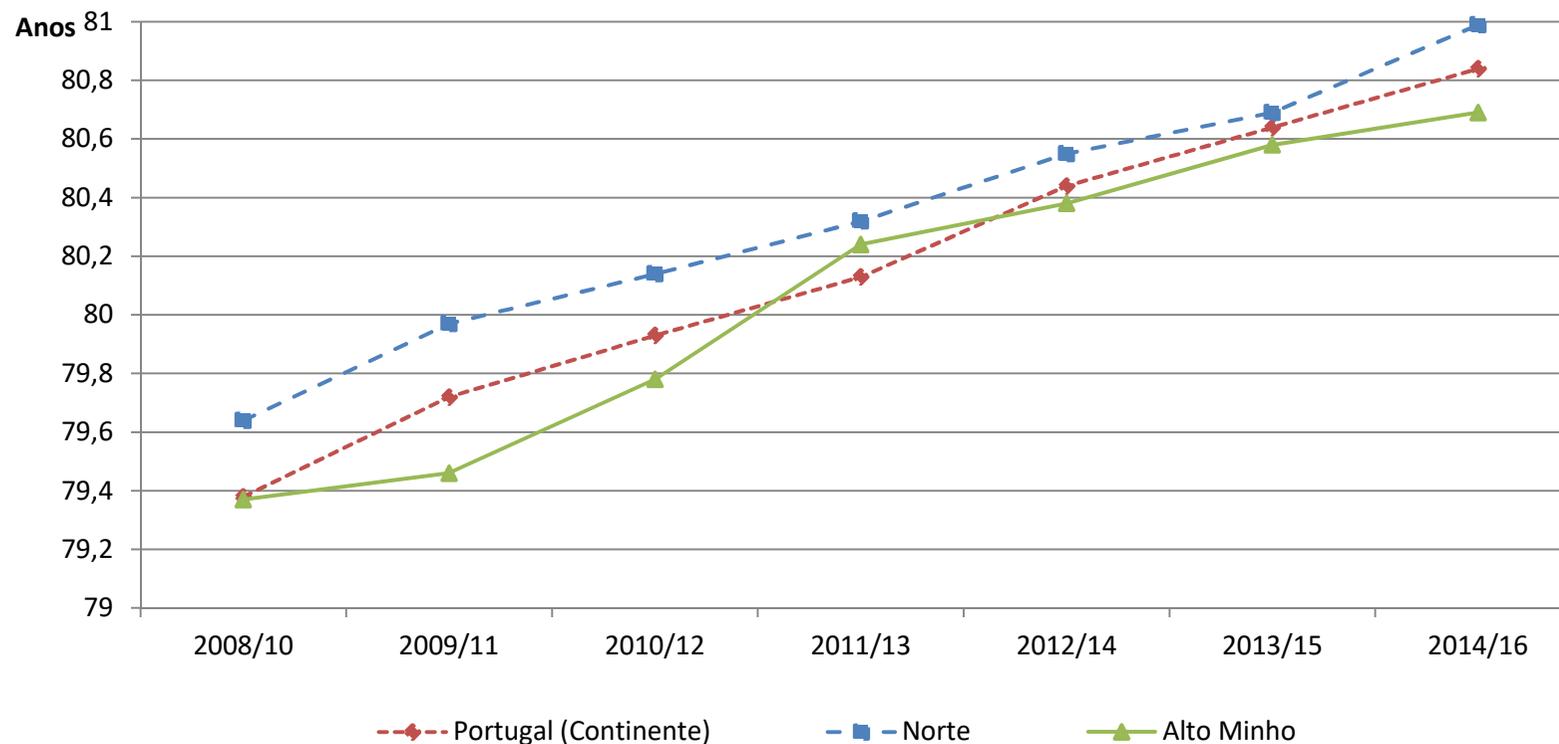
### Taxa de escolarização no ensino superior

Em 2016/2017 a Taxa de Escolarização no Ensino Superior (alunas/os com idade entre 18 e 22 anos) no Alto Minho atingia os 22,1% continuando a situar-se, não obstante a evolução favorável registada, aquém dos valores da Região do Norte e de Portugal.



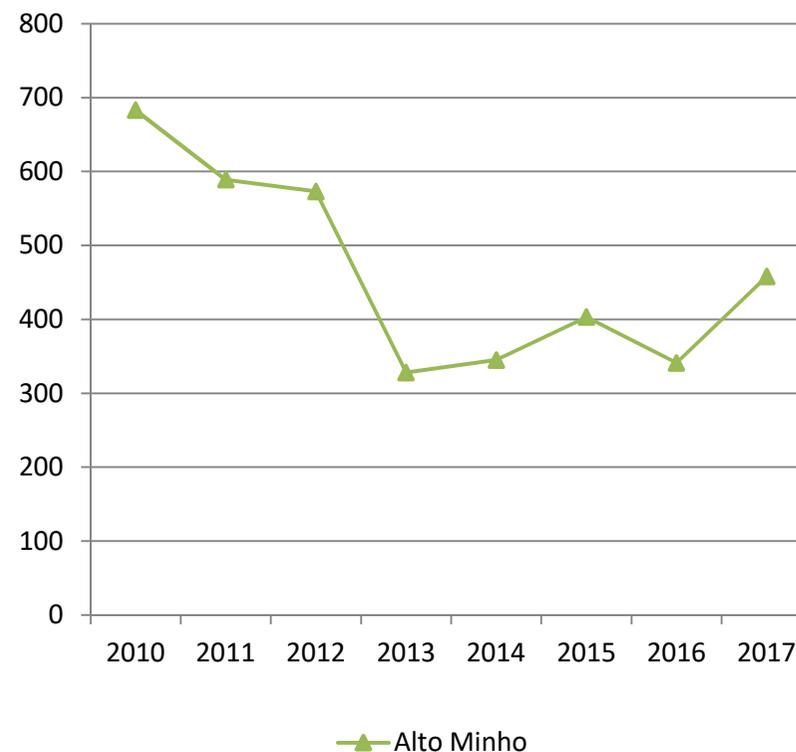
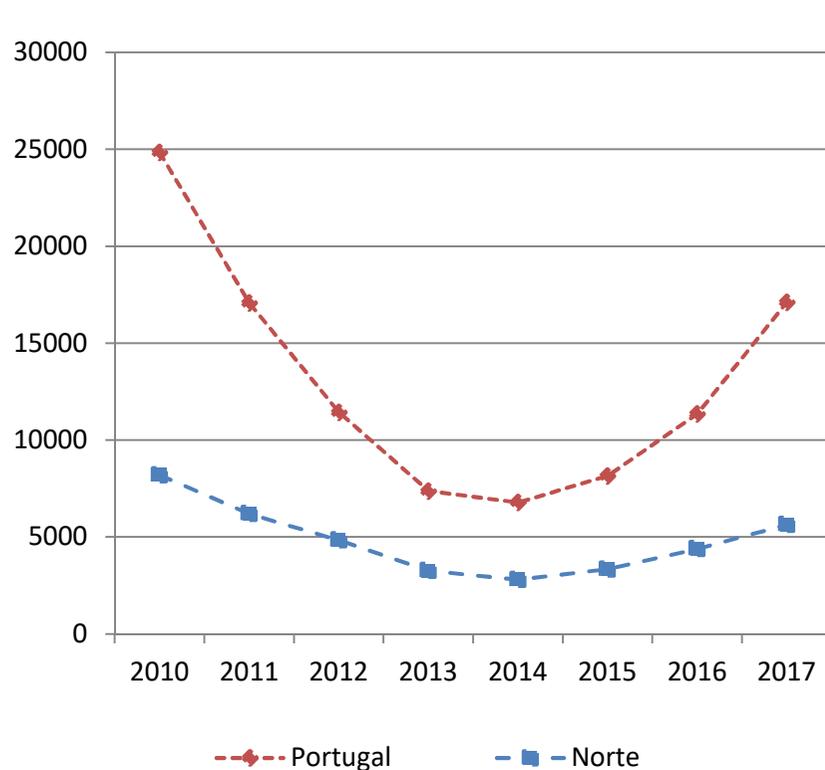
### Esperança de vida à nascença

Em 2014/2016, os dados apontam que, no Alto Minho, a Esperança de vida à Nascença atingia os 80,69 anos, continuando a situar-se, não obstante a evolução favorável registada, aquém dos valores da Região do Norte e de Portugal.



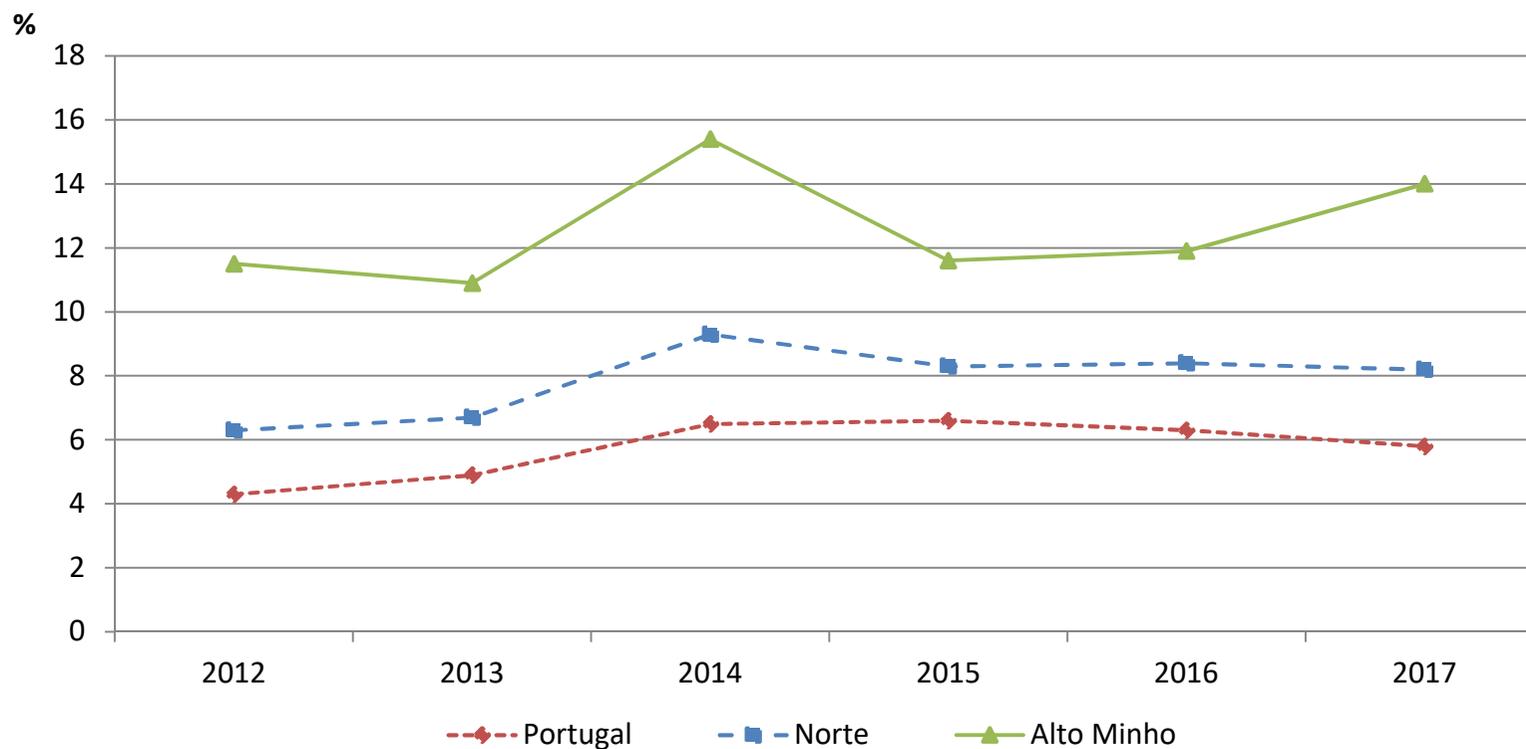
### Fogos licenciados em construções novas para habitação familiar

Em 2017 o N° de Fogos Licenciados em Construções Novas no Alto Minho atingiu os 458, o que representa um aumento de 34,3% em relação ao ano anterior (na Região do Norte e em Portugal registou-se um aumento de 28,4% e 50,8%, respetivamente)



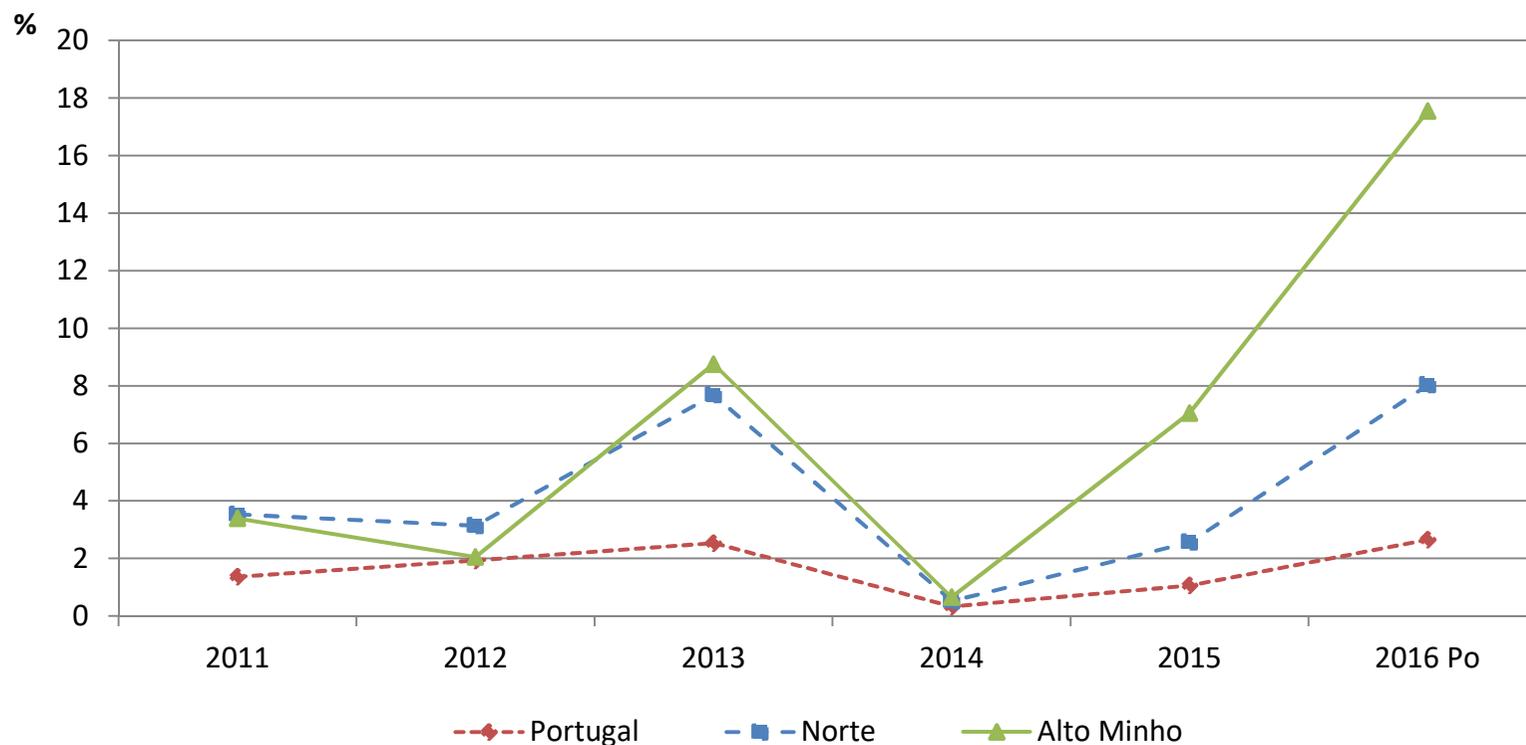
### Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas

Em 2017 o Rácio entre Reconstruções Concluídas por 100 Construções Novas Concluídas no Alto Minho, atingia os 14,0%, continuando a registar valores superiores do que na Região do Norte e em Portugal .



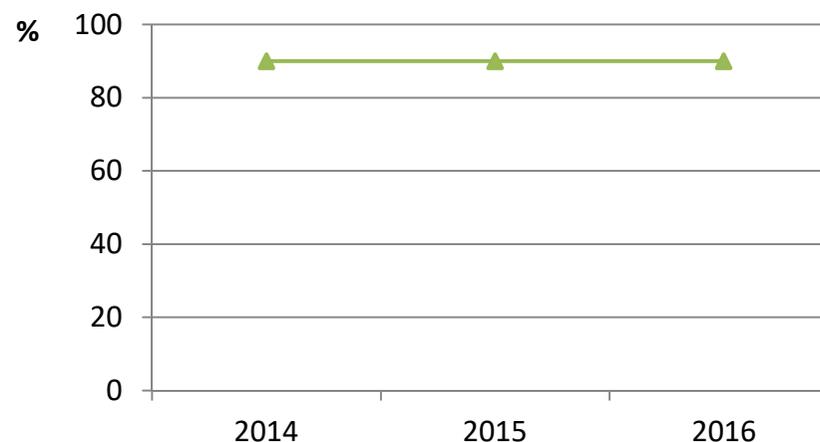
### Taxa de superfície florestal ardida

Em 2016, os dados provisórios apontam que, no Alto Minho, a Taxa de Superfície Florestal Ardida, atingiu os 17,5%, continuando a registar valores bastante superiores aos da Região do Norte e de Portugal .

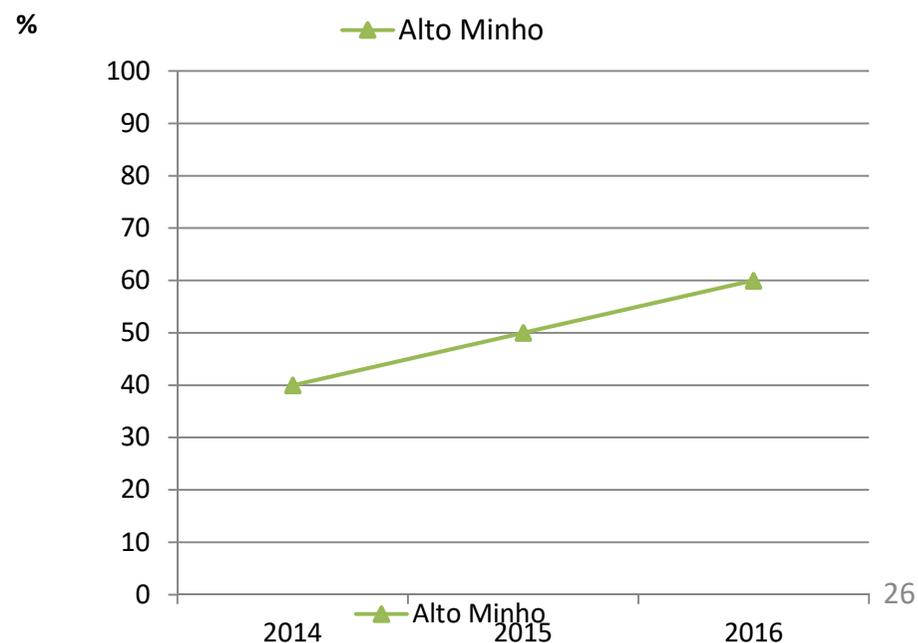


### Entidades Gestoras de Ciclo Urbano da Água em Baixa: “Acessibilidade Física do Serviço”

**Abastecimento de Água:** Em 2016 as Entidades Gestoras em Baixa com Avaliação “Boa” ou “Mediana” no Indicador “Acessibilidade Física do Serviço” de Abastecimento de Água no Alto Minho atingia os 90%.

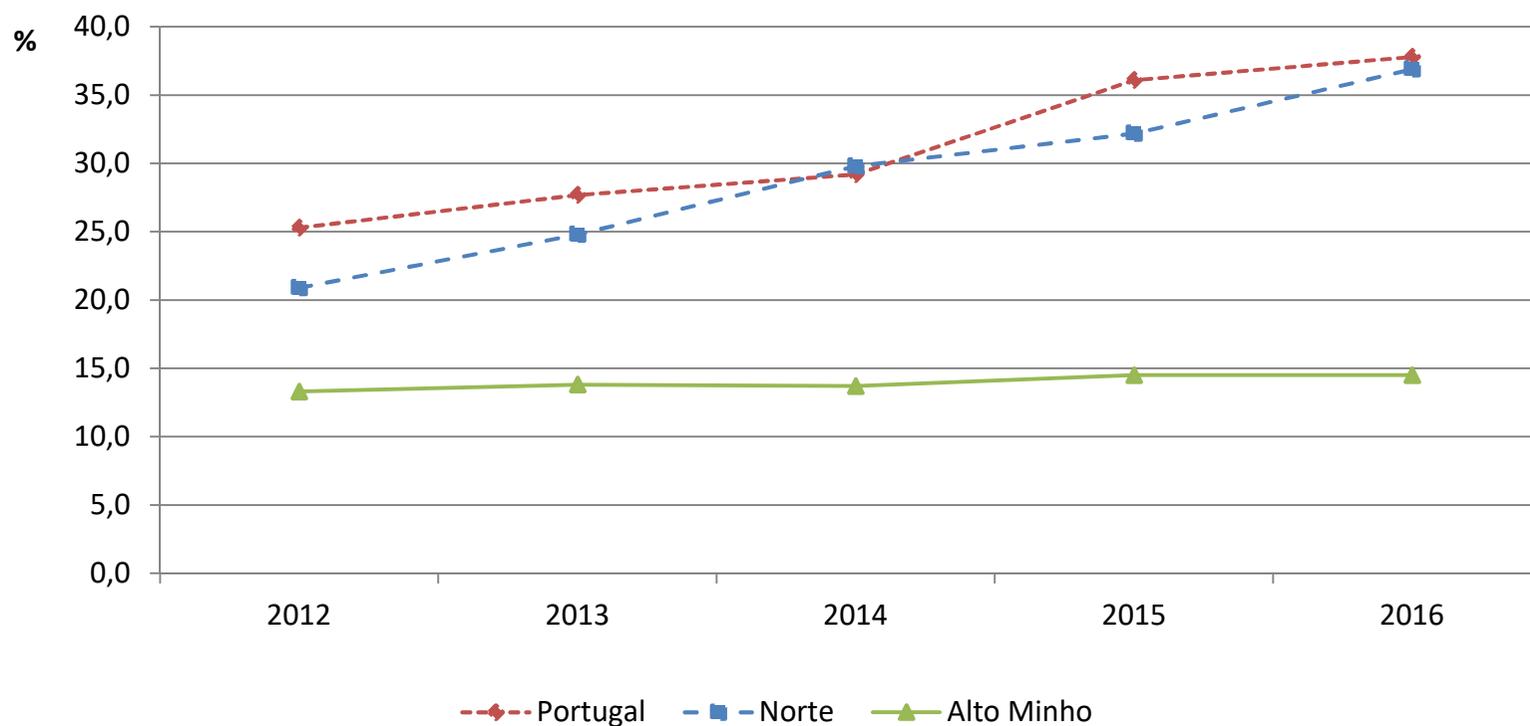


**Águas Residuais:** Em 2016 as Entidades Gestoras em Baixa com Avaliação “Boa” ou “Mediana” no Indicador “Acessibilidade Física do Serviço” de Águas Residuais no Alto Minho atingia os 60%, tendo uma evolução favorável em relação ao ano anterior.



### Proporção de resíduos urbanos preparados para reutilização e reciclagem

Em 2016 a Proporção de Resíduos Urbanos Preparados para Reutilização e Reciclagem no Alto Minho atingiu os 14,5%, mantendo os valores do ano anterior e continuando a situar-se aquém dos valores da Região do Norte e de Portugal



### Desafio # 1 – Dimensão e níveis de financiamento das Políticas de Coesão da União Europeia pós 2020.

- ***Antes de mais, torna-se fundamental que o Estado Português possa sensibilizar os atores chave da Comissão Europeia e dos principais Países contribuintes líquidos para a necessidade da continuidade das Políticas de Coesão pós 2020 no mínimo com dimensão e níveis de financiamento semelhantes ao do ciclo de programação 2014-2020, evidenciando (na lógica do “ver para crer”) quer a boa aplicação e resultados das Políticas de Coesão em Portugal, quer a existência ainda de carências estruturais nas principais tipologias de operação apoiadas pelas Políticas de Coesão;***
- Os principais atores regionais de Portugal estão certamente disponíveis (quer em termos individuais, quer nas diversas parcerias, órgãos, ou organismos onde intervêm à escala europeia) para participar neste tipo de iniciativas de sensibilização da Comissão Europeia e dos principais Países contribuintes líquidos para a importância decisiva de continuação das Políticas de Coesão pós 2020 com essa dimensão e nível de financiamento no mínimo semelhante ao do ciclo de programação 2014-2020;

### Desafio # 2 – Condicionantes à Elegibilidade de Determinadas Tipologias de Operação das Políticas de Coesão da União Europeia pós 2020.

- ***Torna-se igualmente fundamental que o Estado Português possa sensibilizar os atores chave da Comissão Europeia e dos principais Países contribuintes líquidos para a necessidade da continuidade do apoio das Políticas de Coesão pós 2020 a determinadas tipologias de operação onde se verifiquem ainda carências estruturais relevantes em particular nas Regiões menos desenvolvidas, enfatizando a importância decisiva de manutenção do apoio comunitário a essas tipologias de operação cruciais para se ultrapassar esse tipo de carências estruturais das Regiões menos desenvolvidas, enquanto forma de reforçar a coesão territorial à escala europeia e de solidificar o próprio projeto europeu;***
- Meramente a título de exemplo de aspetos a melhorar no posicionamento do Estado Português, o documento do Programa Nacional de Investimento – PNI 2030 relativo à “Mobilidade e Transportes – Rodovia” deverá evidenciar, perante a Comissão Europeia, a existência ainda de diversos pontos críticos, por exemplo, no que respeita à qualificação de determinadas vias críticas para a competitividade / coesão territorial (last mile), bem como à eliminação de pontos negros de segurança rodoviária;

### Desafio # 3 – Nível Territorial de Aferição da Concentração Temática do FEDER nas Políticas de Coesão da União Europeia pós 2020.

- *Torna-se também fundamental que o Estado Português defenda junto da Comissão Europeia a necessidade de alteração da atual proposta de Regulamento FEDER pós 2020 no que respeita à obrigatoriedade de aferição do nível de concentração temática à escala nacional. Com efeito, a ser assim, face ao PIB per Capita de Portugal, todas as Regiões NUTS II apenas poderão investir no máximo 55% dos seus recursos FEDER nas Prioridades 2, 3, 4 e 5 (respetivamente, Europa + Verde, Europa + Conectada, Europa + Social e Europa + Próxima), o que nos parece manifestamente escasso no caso das Regiões mais desfavorecidas, atento o elevado nível de carências de natureza estrutural ainda existentes potencialmente enquadráveis nessas Prioridades 2, 3, 4 e 5.*
- *Nesse sentido, propõe-se que o Estado Português defenda junto da Comissão Europeia que a referida aferição do nível de concentração temática seja efetuada à escala das NUTS II e não à escala nacional, evitando assim as situações (como é o caso de Portugal) em que a circunstância de existir uma região substancialmente mais rica do que as restantes (no caso, a NUTS II da Área Metropolitana de Lisboa), implica que as Regiões mais desfavorecidas venham a ter, muito provavelmente, um volume de recursos FEDER claramente insuficientes para fazer face ao elevado nível de carências nelas existente potencialmente enquadráveis nas referidas Prioridades 2, 3, 4 e 5;*

### Desafio # 4 – Modelo Territorial de aplicação das Políticas de Coesão em Portugal.

- Neste âmbito, ***defende-se a continuação das atuais NUTS II (Norte, Centro, Alentejo, AML e Algarve) do Continente para efeitos de elegibilidade territorial das Políticas de Coesão***, enquanto forma, quer de reforçar a integração das dinâmicas litoral-interior, quer de maximizar os recursos financeiros atribuídos a Portugal no período de programação 2020-2030. Na nossa perspetiva, ***devem assim ser evitadas potenciais situações fraturantes das atuais NUTS II em novas NUTS II litoral-interior, as quais, a serem adotadas, poderão determinar, agora ou no futuro próximo, uma redução significativa das verbas a receber por Portugal (uma vez que, como se sabe, quer a população quer o nível de desemprego das NUTS II são fatores chave para determinar o volume global de fundos comunitários a atribuir a cada NUTS II / "Região menos desenvolvida")***.

### Desafio # 5 – Processo de Descentralização Territorial vs Portugal 2030.

- Neste âmbito, *torna-se fundamental aproveitar esta janela de oportunidade temporal 2019/2020 para assegurar a adequada articulação entre o processo de descentralização territorial e o processo de construção do “Portugal 2030”, identificando, antes de mais, que tipo de competências / tipologias de operação faz sentido, de acordo com o princípio da subsidiariedade, ser atribuído e/ou exercido à escala regional NUTS II, da NUTS III ou do Município, definindo, de seguida, ao nível da construção do “Portugal 2030” e em conformidade, o modelo organizativo de governação e/ou contratualização de programas de desenvolvimento territorial mais ajustado para otimizar a eficácia e eficiência dos exercício das referidas competências.*

### Desafio # 6 – Modelo de governação do Portugal 2030.

- Neste âmbito, *torna-se fundamental evitar repetir a tradicional abordagem do Estado centralista que, enquanto solicita às Regiões uma sucessão de exercícios de planeamento regional, sub-regional e local, aproveita para ir impondo, unilateral e furtivamente, mecanismos centralistas de decisão e/ou soluções do tipo “one size fits all” em sede de estruturação do “Acordo de Parceria” e seus PO, de regulamentos específicos, da programação financeira das tipologias de operações dos PO, ou mesmo dos próprios sistemas de informação.*
- *Ou seja, o processo de planeamento e, sobretudo, de programação e de gestão dos fundos comunitários no pós 2020 será, pois, o chamado “teste do algodão” para avaliar em que medida o Estado Português quer ou não assumir, em definitivo, um efetivo compromisso político que dê prioridade inequívoca à descentralização das políticas públicas de promoção do desenvolvimento territorial nas cinco regiões plano de Portugal continental, nas Entidades Intermunicipais à escala das NUTS III e nos próprios Municípios.*

### Desafio # 7 – Processo de construção do “Portugal 2030”.

- ***Neste âmbito, torna-se essencial sustentar este exercício de construção do “Portugal 2030” :***
  - ***Na contratualização de programas de ação territoriais sustentados em verdadeiras estratégias de base regional (Planos de Ação Regionais de âmbito NUTS II e NUTS III) e não nas habituais linhas setoriais nacionais verticalizadas, mobilizadas através de concursos avulso urbi et orbi, sem qualquer adesão às realidades específicas e distintivas de cada território;***
  - ***Na necessidade de se adotar uma abordagem territorializada bastante mais focada nas especificidades económicas, sociais e ambientais dos distintos subespaços regionais (nomeadamente, à escala das NUTS III), quer no que se refere aos territórios de baixa densidade, quer nos territórios transfronteiriços, quer ainda na agenda urbana, equacionando para esse efeito a possibilidade de recurso à figura das Abordagens Territoriais prevista no quinto Objetivo Temático previsto nas propostas dos novos Regulamentos Comunitários;***
  - ***Para esse efeito, importa assegurar a urgente estruturação das referidas Estratégias e Planos de Ação Regionais NUTS II e NUTS III e da subsequente operacionalização do próximo período de programação (considerando inclusivamente que os regulamentos preveem a adoção da regra n+2 e não n+3), começando desde já a promover o apoio do “Portugal 2020” quer a exercícios de atualização das estratégias de base territorial NUTS II e NUTS III 2020-2030, quer à própria construção de planos de ação territoriais NUTS III em dimensões chave do próximo ciclo de programação que entendemos que devem ser contratualizadas com as Entidades Intermunicipais no âmbito dos futuros PO Regionais (por exemplo, transição energética; economia circular, ciclo urbano da água, mobilidade sustentável, valorização urbana, riscos e alterações climáticas, empreendedorismo de base local, promoção do sucesso escolar, promoção turística, captação de investimento, modernização administrativa, etc), quer ainda o apoio complementar a projetos piloto de especialização inteligente regionais (por exemplo, no caso da Região do Norte, Energias Renováveis marinhas, Impressão 3D e Economia Circular);***

### Desafio # 8 – Desafio central da Estratégia “Portugal 2030” – A valorização, retorno e atração de Talentos.

- ***Nos próximos anos, marcarão a diferença os territórios com maior capacidade para atrair e/ou dar condições para a formação e desenvolvimento de talentos do conhecimento e da criatividade.*** A questão central é, pois, a seguinte – que condições têm Portugal e as suas distintas Regiões para conseguirem ser competitivas nesta Liga dos Campeões da formação, desenvolvimento e/ou da atração de novos talentos da criatividade e do conhecimento?
- Na nossa perspetiva, ***a concertação territorial e inter-institucional entre poder local e central, empresas, entidades do sistema científico e tecnológico foi e continuará a ser, cada vez mais, na nossa perspetiva, o elemento central para assegurar essa valorização, retorno e atração de talentos aos distintos territórios. A dinamização de programas integrados de base territorial orientados quer para a empregabilidade, quer para a valorização, retorno e atração de talentos, deve assim constituir, na nossa perspetiva, uma das iniciativas prioritárias do Portugal 2030;***
- ***No caso do Alto Minho este desafio assume contornos fundamentais para a sua evolução no período 2020-2030, quer em termos de sustentabilidade demográfica e ambiental, quer para a resposta do mercado de trabalho às dinâmicas económicas, quer para o reforço dos níveis de inovação, investigação e desenvolvimento, quer para o próprio potencial de captação empresarial;***

### Desafio # 9 – Especificidades económicas, sociais e territoriais da Região do Norte na estruturação das Políticas de Coesão da União Europeia pós 2020.

- ***Neste âmbito, torna-se, ainda, essencial que o Estado Português, na estruturação do Portugal 2030, reconheça e tenha em consideração, de uma vez por todas, as especificidades da Região do Norte que, apesar de ser a Região mais exportadora do País e a que apresenta de longe o maior superavit positivo anual, continua a ser a Região mais pobre de Portugal (com um PIB per capita de 65,3% do valor médio da UE 28), sendo também a única Região em que todas as suas NUTS III (incluindo portanto também a própria Área Metropolitana do Porto com os seus 72,8%) registam PIB per capita inferiores ao valor limiar de 75% da média da UE 28 (limiar esse que, recorde-se, de acordo com os critérios vigentes das Políticas de Coesão Europeia, delimita as "Regiões menos Desenvolvidas").***
- ***Neste sentido, propõe-se ao Governo que esta situação distintiva da Região do Norte seja tida em consideração:***
  - *na indispensável autonomia e flexibilidade de gestão que as CCDR, Entidades Intermunicipais e outros parceiros regionais devem ter para poderem adaptar os instrumentos de financiamento disponíveis às realidades específicas do seu território;*
  - *na definição da dotação financeira global de fundos estruturais a atribuir a cada NUTS II, a qual deverá ser igual ao respetivo contributo para a definição dos recursos financeiros atribuídos a Portugal no período pós 2020, evitando, por essa via, a repetição do (comprovado) subfinanciamento crónico de fundos comunitários que tem vindo a penalizar a Região do Norte ao longo dos sucessivos períodos de programação a Portugal.*

### Desafio # 10 – O Alto Minho na Estratégia “Portugal 2030”.

- **Necessidade de Portugal potenciar mais e melhor a posição estratégica do Alto Minho** (nomeadamente através do ***reforço das ligações ao mercado económico transfronteiriço e europeu do Alto Minho***), enquanto território transfronteiriço onde se concentra parte significativa das dinâmicas populacionais (3,5 milhões de habitantes a menos de 60 minutos), de fluxos (47% dos movimentos de veículos de passageiros entre Portugal e Espanha) e de competitividade económica (onde, por exemplo, a menos de 30 minutos da fronteira, a fábrica da PSA de Vigo se configura como a “Auto Europa do Noroeste Peninsular”, com uma produção quatro vezes superior, suscetível de atrair – como de resto tem vindo a suceder – investimento empresarial para o território do Alto Minho oriundo de um vasto conjunto de empresas fornecedoras);
- **Necessidade de Portugal proteger e valorizar mais e melhor a excelência ambiental e energética do Alto Minho** (quer no já referido contexto transfronteiriço, quer ao nível nacional), enquanto território com elevados padrões de sustentabilidade ambiental e energética, salientando-se, nomeadamente: (i) O Alto Minho tem no seu território 4 áreas protegidas, destacando-se naturalmente o Parque Nacional da Peneda Gerês, o único Parque Nacional de Portugal, considerado pela UNESCO como Reserva Mundial da Biosfera, juntamente com o Parque de Xures da Galiza; (ii) A forte aposta do Alto Minho na sustentabilidade energética, constatando-se que os dez municípios do Alto Minho são aderentes da iniciativa da Comissão Europeia “Pacto de Autarcas”, orientada para a promoção da sustentabilidade energética; (iii) O Alto Minho é a primeira NUTS III de Portugal Continental a ter o seu território integralmente coberto pelo galardão Carta Europeia de Turismo Sustentável do Alto Minho, certificado atribuído pela Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais – Federação EUROPARC; (iv) O Alto Minho integra a lista dos 100 melhores destinos sustentáveis do mundo no âmbito da iniciativa “Top 100 Sustainable Destinations 2018”. Para esse efeito, importa assim promover ***a contratualização de programas de ação à escala intermunicipal NUTS III orientados para proteger e valorizar a excelência ambiental e energética do Alto Minho.***



**cim alto minho**  
comunidade intermunicipal do alto minho

# Obrigado!



VILA NOVA DE CERVEIRA- 15 DE OUTUBRO DE 2018